

# **A Controvérsia entre os Pioneiros da Economia do Desenvolvimento**

**Bruno Borja<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O presente artigo busca resgatar a controvérsia original entre os autores consagrados como Pioneiros da Economia do Desenvolvimento. Os efeitos da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e da crise de 1929 estão na origem desta retomada, porém foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o debate ressurgiu com toda força no meio acadêmico anglo-saxão. Longe de conduzir a qualquer tipo de consenso, esta experiência histórica concreta influenciou uma profusão de formulações em torno do desenvolvimento econômico e social. Assim, é fundamental captar os efeitos da Guerra Fria sobre esta produção teórica, diretamente influenciada por fatores geopolíticos. Da mesma forma é possível identificar traços comuns que dão alguma unidade a estes autores Pioneiros, que – embora também com grande influência da teoria neoclássica – são teoricamente filiados à tradição clássica no que diz respeito ao tratamento da acumulação de capital.

**PALAVRAS-CHAVE:** desenvolvimento; acumulação de capital; pioneiros

## **ABSTRACT**

This article aims to rescue the original controversy between the authors celebrated as Pioneers of Development Economics. The effects of the First World War, the Russian Revolution and the crisis of 1929 are in the roots of this return, but it was only after the Second World War that the debate has resurfaced with full strength in the anglo-saxon academy. Far from leading to any kind of consensus, the concrete historical experience has influenced a multitude of formulations around the economic and social development. It is therefore crucial to capture the effects of the Cold War on the theoretical production, directly influenced by geopolitical factors. Likewise it is possible to identify common traits that give some unity to these Pioneers authors, who - although also with great influence of neoclassical theory - are theoretically connected to the classical tradition with regard to the treatment of capital accumulation.

**KEY-WORDS:** development; capital accumulation; pioneers

**ÁREA:** 1 - Metodologia e História do Pensamento Econômico.

**SUB-ÁREA:** 1.2. História do Pensamento Econômico

**Submetido às Sessões Ordinárias.**

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA - IE/UFRJ) e doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (IE/UFRJ). O autor agradece os comentários do saudoso professor e amigo Fábio Stefano Erber. Assim como o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Email: borja.bruno@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A rigor, a Economia do Desenvolvimento deve ser considerada uma controvérsia dentro do campo maior da Economia Política. Sem dúvida a controvérsia mais importante dentro da Economia Política Clássica, sendo a razão última dos escritos de seus principais expoentes. Em 1776, Adam Smith lançava sua obra célebre, *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Ali apontava para as formas de produção, apropriação e utilização do excedente no capitalismo, pautando o debate que se prolongaria pelas décadas seguintes. A riqueza das nações também foi tema do principal “herdeiro teórico” de Smith, assim David Ricardo deu sequência à investigação a respeito do processo de acumulação de capital e suas conseqüências sobre a produtividade do trabalho, a taxa de lucros e os salários. Em sua crítica da Economia Política, também Karl Marx se esforçou em teorizar o processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, principalmente compreendido como resultante da interação entre acumulação de capital e progresso técnico – embora argumentando por tendências radicalmente opostas aos Clássicos.

A onda marginalista da segunda metade do século XIX afundou a controvérsia em torno do desenvolvimento, trazendo à tona uma teoria neoclássica preocupada com a alocação de recursos escassos guiada pelo princípio da substituição. Se, na tradição marxista, o desenvolvimento seguiu sendo o núcleo central das reflexões, principalmente com os teóricos do imperialismo; no meio acadêmico anglo-saxão, notadamente, houve um esvaziamento total da teorização sobre o assunto.

Foi somente nas primeiras décadas do século XX que se retomou seu interesse, particularmente pelas mãos de Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes, ambos colocando o tema dentro dos marcos da teoria marginalista. Os efeitos da Primeira Guerra Mundial, da Revolução Russa e da crise de 1929 estão na origem desta retomada, porém foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o debate ressurgiu com toda força no meio acadêmico anglo-saxão.

O presente artigo busca resgatar essa controvérsia, atualizada sob a alcunha de Economia do Desenvolvimento. Com este intuito serão expostas mais cinco seções, além desta breve introdução. A seção I, *Os Pioneiros e a perspectiva do atraso*, apresenta panoramicamente o período histórico em que se deu a retomada desta

controvérsia, outrora tão cara aos clássicos da Economia Política, expondo como essas formulações têm em comum a ideologia do progresso e definem a diferença no grau de desenvolvimento dos países como uma questão de maturidade do sistema econômico. Nas seções subseqüentes são apresentadas sinteticamente as contribuições principais de autores consagrados como *Pioneiros* do desenvolvimento. Sem pretender exaurir nem o conjunto de autores nem mesmo a obra dos autores abordados, as quatro seções que se seguem tentam condensar os conceitos-chave pelos quais compreendem e teorizam o atraso econômico. De forma que são abordados os seguintes autores e temas: II – *Paul Rosenstein-Rodan e o big push*; III – *Ragnar Nurkse e o crescimento equilibrado*; IV – *Arthur Lewis e a oferta ilimitada de mão-de-obra*; V – *W. W. Rostow e as etapas do crescimento*. Por fim, como de praxe, as considerações finais.

## **I – Os *PIONEIROS* E A PERSPECTIVA DO ATRASO**

Não é possível captar a dimensão e a relevância da Economia do Desenvolvimento sem contextualizar historicamente sua produção teórica. Os anos de 1945 a 1973 já foram consagrados na historiografia econômica como os “anos dourados” do capitalismo (HOBBSAWM, 1999), porém seus antecedentes remontam, no mínimo, à Primeira Guerra Mundial. Foi em meio à guerra que se idealizou a possibilidade de estabelecer uma coordenação internacional por meio de instituições multilaterais e, também, foi em meio à guerra que nasceu para o mundo a Revolução Russa de outubro de 1917.

A Primeira Guerra Mundial marca a ascensão norte-americana à condição de “centro cíclico principal da economia mundial” e evidencia a incapacidade inglesa de retomar sua hegemonia no mundo (CEPAL, 1949; TEIXEIRA, 1999). Embora a proposta de Woodrow Wilson para a criação da Liga das Nações não tenha sido de fato implementada, recebeu certa acolhida entre os países abalados pela guerra e representou uma primeira tentativa norte-americana de legitimar sua hegemonia no continente europeu (FIORI, 2004b). Do mesmo período data a defesa da autodeterminação dos povos, ponto central do projeto de expansão de poder tanto dos Estados Unidos, quanto da União Soviética. As velhas potências coloniais já haviam repartido o mundo e cabia aos poderes ascendentes incentivar o desmoronamento dos impérios (ARRIGHI, 1996).

A Revolução Russa representou, de fato, uma alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista, voltando sua análise teórica e sua propaganda política contra o imperialismo, considerado uma etapa na evolução do modo de produção capitalista. Para o plano político, a experiência do socialismo soviético trouxe também uma nova forma de intervenção estatal para promoção do desenvolvimento das forças produtivas. O planejamento central, condensado nos planos quinquenais, influenciou não só o mundo socialista, mas serviu igualmente de parâmetro para as propostas políticas no lado capitalista (MEIER, 1985).

Principalmente após a Crise de 1929 e a Grande Depressão que se seguiu na década de 1930, ventilou-se entre os países capitalistas centrais a necessidade de maior intervenção estatal para suprir as “falhas de mercado”, particularmente no que diz respeito à política monetária e à estabilização dos preços. Assim como são desta época os estudos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico, que motivaram teoricamente as famosas políticas anticíclicas para evitar uma queda acentuada da atividade econômica, do emprego e da renda – para o que também muito influenciou a coordenação das atividades econômicas pelo Estado nos tempos de guerra, com plena utilização da capacidade produtiva instalada (MEIER, 1985).

A depressão dos anos 1930 serviu de pano de fundo para a ascensão do nazifascismo europeu, que acabou por desencadear mais uma grande guerra. A Segunda Guerra Mundial teve conseqüências ainda mais determinantes do que a primeira para a nova ordem mundial. Durante a guerra se consolidou cabalmente a “transferência” da liderança do mundo capitalista da Inglaterra para os EUA, simbolicamente assinada em pleno Oceano Atlântico pelo primeiro-ministro inglês Winston Churchill e pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 1941 (FIORI, 2004b).

Somente neste ano os EUA entraram na guerra, que já se desenrolava desde 1939 e era amplamente vencida pelas forças militares encabeçadas pela Alemanha nazista. A reação se deu em duas frentes de batalha, uma ocidental, sob liderança norte-americana, e uma oriental, sob liderança soviética. Derrotado o Eixo e terminada a guerra, esses dois países se colocavam à frente e assumiam posições de destaque perante o mundo, agora de forma definitiva.

Já no imediato pós-guerra, os EUA retomaram e colocaram em prática o antigo sonho da coordenação internacional sob sua hegemonia. Todo um aparato institucional

com organização supostamente multilateral foi montado, começando pelos acordos de Bretton Woods em 1944, visando à reorganização do comércio e à estabilização dos preços internacionais por meio de um padrão monetário internacional atrelado ao dólar e lastreado em ouro. Nos anos que se seguiram a 1945 diversas instituições com este caráter foram criadas, dentre elas: Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, parte integrante do Banco Mundial), Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) etc.

O Plano Marshall (ou Programa de Recuperação Européia) veio como uma iniciativa norte-americana para acelerar a reconstrução européia, e uma forma clara de legitimar sua hegemonia no velho continente. Como no pós-Primeira Guerra, a autodeterminação dos povos foi novamente aclamada, sendo desta vez concretamente estendida às colônias (ARRIGHI, 1996). A descolonização foi amplamente incentivada e, se não houve um Plano Marshall para os novos países independentes, foram criadas na ONU comissões econômicas dispostas a dar suporte técnico aos governos da América Latina, da África e da Ásia, e orientar suas políticas de promoção do desenvolvimento. A mais famosa e proeminente destas comissões foi, sem dúvida, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), criada em 1948.

O Estado de Bem-Estar Social é produto e símbolo desta época. A experiência dos anos 1930 havia deixado lições importantes, evitar qualquer tipo de radicalização – seja à extrema esquerda pela revolução socialista, seja à extrema direita pelo nazi-fascismo – tornara-se objetivo central dos países capitalistas sob a liderança norte-americana. Para tanto foram propagadas políticas explícitas de manutenção de emprego e renda, de seguridade social, de saúde e educação etc. Os EUA definiam sua estratégia interna e externa para consolidar a aceitação e legitimação de sua hegemonia no mundo capitalista (TEIXEIRA, 1999; FIORI, 2004a e 2004b).

De fato, já era então possível falar de um mundo capitalista e outro socialista. Isto se tornou nítido em 1947, quando Churchill, primeiro-ministro inglês, discursando em visita aos EUA, lançou a famosa expressão que delimitou o mundo socialista: a “cortina de ferro”. A partir da Doutrina Truman, também de 1947, a política externa norte-americana seria de explícita contenção do avanço da União Soviética sobre os países capitalistas – tinha início a Guerra Fria (HOBBSAWM, 1999; FIORI, 2004b).

Apesar disso, os anos que se seguiram foram de intensa expansão socialista pelo mundo. Alguns fatos marcaram o período, como a Revolução Chinesa de 1949, a Guerra da Coreia no início dos anos 1950 e a Revolução Cubana de 1959. Da perspectiva norte-americana, o socialismo avançava e estava cada vez mais próximo. Este avanço teve como subproduto no governo norte-americano o imperativo da promoção do desenvolvimento econômico e social dos países sob sua hegemonia – não à toa, tanto os EUA, quanto a ONU declararam os anos de 1960 como a “década do desenvolvimento”, sendo lançada pelo presidente norte-americano John F. Kennedy, no ano de 1961, a *Aliança para o Progresso* (MEIER, 1985; HOBBSAWM, 1999).

Neste contexto histórico específico nasce a Economia do Desenvolvimento como um campo de estudo particular dentro da Ciência Econômica. Suas principais questões giraram em torno de alguns debates, dentre eles: planejamento central *versus* sistema de preços de mercado; industrialização e diversificação produtiva *versus* agricultura e especialização produtiva; substituição de importações *versus* promoção das exportações; crescimento equilibrado *versus* crescimento desequilibrado; abertura ao investimento externo *versus* esforço interno de mobilização de recursos.

É inegável a influência dos trabalhos de Schumpeter e Keynes sobre o ciclo econômico de curto prazo e, maiormente, a influência das propostas keynesianas de ampliar a participação estatal no processo econômico com intuito de garantir altas taxas de investimento, manutenção da demanda agregada e busca do pleno emprego da força de trabalho. Porém, talvez tenha sido no campo propriamente político a influência mais saliente destes autores, uma vez que nem a centralidade da inovação tecnológica para o processo de desenvolvimento, defendida por Schumpeter, nem a centralidade da demanda efetiva, defendida por Keynes, foram assimiladas ao corpo teórico dos Pioneiros do desenvolvimento (MEIER, 1985).

Mais marcante, teoricamente, foi o retorno à Economia Política Clássica e a tentativa de compatibilizar alguns elementos teóricos clássicos com outros neoclássicos. Isso fica explícito na adoção da Lei de Say como princípio definidor do nível de produto da economia, no tratamento da produção de bens essenciais para a manutenção do trabalhador como elemento causador da elevação de salários e na relação destes com a taxa de lucros; nos efeitos do comércio externo, da integração dos mercados e da divisão do trabalho sobre o desenvolvimento; mas, principalmente, numa perspectiva de

longo prazo que, afora os ciclos de curta duração, apontava para um inevitável progresso dos países, em caráter de trajetórias convergentes dos níveis de renda.

Essa perspectiva do atraso pautada por uma ideologia do progresso linear e convergente entre as distintas nações do mundo capitalista marca definitivamente a Economia do Desenvolvimento nascida no imediato pós-guerra. A tentativa dos Clássicos de naturalizar as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas está na essência dos Pioneiros, a problemática fundamental era: porque nos países atrasados a “mão invisível” não se fazia sentir, e como isto poderia ser remediado? Assim, define mais explicitamente, e em tom de reverência, Gerald Meier, ele próprio um dos Pioneiros: “*Como o laureado Nobel Arthur Lewis nos lembra, o que Smith chamou de ‘o progresso natural da opulência’ é o que hoje chamamos ‘economia do desenvolvimento’.*” (MEIER, 1985, p.3, tradução livre a partir do original)

## II – PAUL ROSENSTEIN-RODAN E O *BIG PUSH*

Em um dos artigos seminais da Economia do Desenvolvimento, Rosenstein-Rodan, em 1943, apontava os *Problemas de Industrialização da Europa Oriental e Sul-oriental*.<sup>2</sup> Tratando de uma das áreas de maior instabilidade política no mundo, onde teve início a Primeira Guerra Mundial e onde se delimitava uma fronteira européia entre o mundo capitalista e o mundo socialista, o autor se empenhou em teorizar como proceder a industrialização das “áreas deprimidas” com intuito de produzir um equilíbrio na economia mundial. Isto é, a criação de emprego produtivo para a “população agrária excedente” deveria se dar por meio de uma industrialização planejada e financiada por organismos internacionais, de forma a alcançar uma melhor distribuição de renda entre as diferentes áreas do mundo.

Esta convergência dos níveis de renda viria como consequência da difusão dos “sadios princípios da divisão internacional do trabalho” (ROSENSTEIN-RODAN, 1969, p.253). Para tanto seria preciso promover um equilíbrio na distribuição dos fatores produtivos, sendo a mão-de-obra encaminhada ao capital via emigração ou sendo o capital encaminhado à mão-de-obra via industrialização. Dadas as complicações da emigração em larga escala, o autor sugere que o capital disponível nos países industrializados e desenvolvidos seja emprestado ou entre como investimento

---

<sup>2</sup> Este artigo foi reeditado na coletânea *A Economia do Subdesenvolvimento*, organizada por Agarwala e Singh, cuja edição norte-americana data de 1958 e a edição brasileira de 1969.

direto para financiar a industrialização das áreas atrasadas, unindo-se produtivamente à mão-de-obra excedente.<sup>3</sup>

Assim, poderiam ser utilizadas vantajosamente as tecnologias já disponíveis e intensivas em mão-de-obra, passando as regiões subdesenvolvidas a produzir bens de consumo industrializados, aumentando a produtividade do trabalho e a renda gerada. Estas regiões deveriam se integrar ao mercado mundial, reconfigurando a divisão internacional do trabalho e intensificando o comércio internacional. Porém, para de fato levar adiante sua industrialização seria necessário um *big push*, um grande impulso de investimentos que tirasse a economia de sua inércia e desse início à decolagem, em uma trajetória ascendente de crescimento econômico.

Em artigo apresentado numa mesa-redonda realizada pela Associação Econômica Internacional, no Rio de Janeiro em 1957, Rosenstein-Rodan expõe suas *Notas sobre a Teoria do Grande Impulso*.<sup>4</sup> Ali argumenta que não haveria possibilidade de conquistar um crescimento auto-sustentado atuando gradativamente, pois problemas relacionados principalmente ao tamanho do mercado interno impediriam um crescimento passo a passo. Além das maiores imperfeições de mercado que, segundo ele, caracterizam os países subdesenvolvidos, o autor aponta três indivisibilidades que justificariam um grande impulso planejado pelo Estado nestas áreas.

A primeira seria relativa à oferta e às funções de produção das firmas, especialmente no que concerne à oferta de “capital social fixo”. Certa indivisibilidade nos processos produtivos seria a fonte de economias de escala com rendimentos crescentes, e implicaria um “tamanho ótimo” da firma relativamente grande. Argumenta que no caso do capital social fixo (isto é, infra-estrutura de energia, transporte e comunicações) as indivisibilidades são ainda mais importantes e difíceis de serem superadas pelo investidor privado isoladamente. Dado o elevado capital inicial exigido e a longa maturação dos investimentos, a oferta de infra-estrutura deveria ser programada

---

<sup>3</sup> Interessante notar que a exportação de capital, tida entre os teóricos do imperialismo como uma das formas mais importantes para o estabelecimento de uma relação de dominação-dependência, é apresentada explicitamente como uma via de desenvolvimento. Dependência e desenvolvimento já andavam lado a lado, e resumem bem a proposta norte-americana para os países subdesenvolvidos.

<sup>4</sup> Os ensaios apresentados, os comentários críticos e os debates da mesa-redonda foram compilados e publicados por Howard Ellis e Henry Wallich sob o título *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*, com edição inglesa de 1961 e edição brasileira de 1964. Este evento, realizado em 1957, foi financiado pela Unesco e contou com a participação de representantes da Cepal, do Bird, do FMI e da União Pan-Americana. Dentre os participantes destaca-se Paul Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, Eugênio Gudín, Otávio Bulhões, Roberto Campos, Albert Hirschman, José Antonio Mayobre, dentre outros, além dos organizadores do livro.



pelo Estado, para prover as condições básicas e as oportunidades de investimento ao capital privado, ganhando economias externas por sua concentração no espaço e pautando os custos fixos da economia como um todo.

A segunda indivisibilidade seria relativa à demanda e ao tamanho do mercado interno. Dado que “projetos de investimento encerram altos riscos devido à incerteza quanto à possibilidade de seus produtos encontrarem um mercado” (ROSENSTEIN-RODAN, 1964, p.79), caberia ao Estado coordenar os investimentos de forma que a demanda gerada gozasse de alguma complementaridade. Nas palavras do autor:

*Ao invés de colocar cem operários previamente desempregados em uma fábrica de sapatos, colocaríamos dez mil trabalhadores numa centena de fábricas e fazendas que, juntas, produziriam entre si a maior parte dos bens (para assalariados) nos quais os trabalhadores recém-ocupados gastariam os seus salários. O que não foi verdade no caso de uma única fábrica de sapato tornar-se-á certo para o sistema complementar de uma centena de fábricas e unidades de produção agrícola. Os novos produtores serão fregueses uns dos outros e se verificará a Lei de Say mediante a criação de um mercado adicional. A complementaridade da procura reduziria o risco de não se encontrar mercados. (Rosenstein-Rodan, 1964, p.80)*

Tal volume de investimentos em diversas unidades produtivas simultaneamente suscita, é claro, o problema do financiamento. Esta seria a terceira indivisibilidade, relativa à oferta de poupança. Com base nos postulados clássicos da Lei de Say e da divisão do trabalho, o autor afirma que os países da Europa oriental não deveriam seguir o “modelo russo” de auto-suficiência e sem auxílio do investimento internacional, mas sim adotar uma estratégia baseada em empréstimos substanciais e na adesão à divisão internacional do trabalho. Desta forma, seria realizado o maior volume de investimentos sem que houvesse a necessidade de reduzir a renda utilizada para o consumo. Além do capital estrangeiro, também colaboraria nesse sentido uma inserção no comércio internacional como exportadores de produtos alimentares elaborados e artigos de indústrias leves, que funcionariam como elemento de amortização das dívidas.

Desde 1943, Rosenstein-Rodan já propunha políticas de desenvolvimento para as áreas subdesenvolvidas da Europa, notadamente as áreas onde a instabilidade política e a disputa ideológica entre os países capitalistas e socialistas eram mais intensas. Afora propostas extremamente irrealistas como a criação de “uma unidade econômica compreendendo toda área situada entre a Alemanha, Rússia e Itália” (ROSENSTEIN-RODAN, 1969, p.252) ou de um “Truste Industrial da Europa Oriental” (*ibidem*, p.255); percebe-se um esforço do autor em comprovar a superioridade e as vantagens do

modelo de desenvolvimento capitalista sobre o “modelo russo”. Para isto vai além do arcabouço neoclássico, e se vale de princípios da Economia Política Clássica, como a Lei de Say e a relação entre divisão do trabalho, tamanho do mercado e produtividade.

### III – RAGNAR NURKSE E O CRESCIMENTO EQUILIBRADO

Os mesmos princípios clássicos reaparecem nas formulações de Nurkse quando apresenta *Alguns Aspectos Internacionais do Desenvolvimento Econômico*<sup>5</sup>. Neste artigo, publicado originalmente em 1953, o autor defende a necessidade do crescimento equilibrado para superar as relações circulares que impedem a devida formação de capital nas zonas economicamente atrasadas. O círculo vicioso da pobreza se faria sentir na interação entre oferta e demanda: uma elevação contínua do investimento é inibida pela limitada dimensão do mercado, cuja origem estaria na falta de integração dos transportes e das comunicações e na baixa produtividade, que por sua vez teriam explicação na baixa utilização de capital na produção, novamente inibida pelo mercado.

Nesta relação de causalidade forma-se um círculo envolvendo investimento, mercado e produtividade, círculo este que somente seria rompido com uma aplicação sincronizada de capital numa ampla gama de diferentes indústrias. Assim como Rosenstein-Rodan, o autor também objetiva corroborar a Lei de Say nos países atrasados, fazendo com que o aumento de produção, se realizado de modo equilibrado numa vasta quantidade de bens, pudesse, de fato, criar sua própria demanda.

Dois pontos distinguem o crescimento equilibrado de Nurkse do *big push*. Primeiro, Nurkse não toma partido do planejamento estatal, argumentando ser indiferente entre a ação governamental e a empresa privada, contanto que se busque o crescimento equilibrado<sup>6</sup>. Segundo, acredita ser viável o crescimento equilibrado através de pequenos aumentos no investimento, sem que haja a necessidade de um grande aumento concomitante nos diversos setores produtivos. (NURKSE, 1964b)

Ao tratar deste tipo de diversificação da estrutura produtiva, Nurkse se depara com um dilema envolvendo os postulados clássicos. Se por um lado, em virtude da dimensão de mercado interno, o crescimento equilibrado visa uma diversificação

---

<sup>5</sup> Também reeditado na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*.

<sup>6</sup> “Outros tipos de sociedade podem sentir necessidade de certo grau de centralização a fim de produzir o efeito desejado, pelo menos inicialmente. Mas seja o crescimento equilibrado sustentado por planejamento governamental ou levado a cabo espontaneamente pela empresa privada é, no final das contas, questão de método.” (NURKSE, 1969, p.265)

progressiva da produção de modo a corroborar a Lei de Say; por outro, ao colocar o comércio internacional na análise, o princípio das vantagens comparativas parece indicar a maior eficiência econômica da especialização produtiva.

Não podendo tratar os países subdesenvolvidos fora do contexto internacional e dos fluxos de mercadorias e capitais que o compõem, Nurkse se empenha em tentar compatibilizar crescimento equilibrado e vantagens comparativas. Este é o objetivo principal de seu artigo apresentado na conferência realizada no Rio de Janeiro em 1957, onde expõe suas considerações sobre *A Teoria do Comércio Internacional e a Política de Desenvolvimento*.<sup>7</sup> Isto fica explícito já na abertura do artigo:

*Os argumentos favoráveis à especialização internacional baseiam-se, firmemente, em considerações de eficiência econômica. O mundo não é bastante rico para desprezar a eficiência. O padrão ótimo de especialização é regido pelo princípio da vantagem comparativa e este princípio é hoje tão válido como o fora na época de Ricardo. E, contudo, há uma certa dúvida quanto à possibilidade de tal princípio, por si só, proporcionar toda a orientação de que necessitam os países cujo objetivo, dominante e deliberado, é o desenvolvimento econômico (ou seja, aumentar a renda real per capita). (Nurkse, 1964a, p.271)*

A dúvida a que se refere Nurkse diz respeito à mudança observada no início do século XX, quando a Inglaterra perde sua força expansiva e os EUA assumem a liderança na economia mundial. Se, durante o século XIX, a Inglaterra impulsionou o comércio internacional, fazendo este crescer acima da produção; no século XX, os EUA se moveram em sentido oposto, fazendo a produção crescer mais do que o comércio.

A divisão do trabalho inglesa destinara às áreas periféricas o papel de fornecedores de alimentos e matérias-primas, e principalmente as zonas temperadas se depararam com uma demanda em contínuo crescimento ao longo de quase todo século XIX. O mesmo não se podia afirmar sobre a evolução da demanda por produtos primários no século XX. Os Estados Unidos também eram grandes produtores de matérias-primas e, portanto, sua divisão do trabalho não estabelecia uma relação de complementaridade com os países atrasados. Em verdade, observou-se uma queda constante no volume de importações primárias deste país, sendo mais importante seu comércio direto com outros países industriais. Este novo quadro debilitava, segundo Nurkse, o comércio internacional em seu papel de “transmissor de crescimento” ou “máquina de progresso”. (NURKSE, 1969)

---

<sup>7</sup> Presente em Ellis e Wallich (1964), *Desenvolvimento Econômico para a América Latina*.

Tendo em vista a perda de dinamismo da demanda externa por produtos primários, e a diminuição do investimento externo dedicado a este tipo de atividade<sup>8</sup>, o autor afirma ser o crescimento equilibrado uma forma viável de se alcançar a elevação dos níveis de renda nos países atrasados. Porém deixa claro que isto deve ser feito respeitando a busca de maior eficiência proveniente da especialização com base nas vantagens comparativas.<sup>9</sup> Ou seja, o crescimento deveria ser equilibrado não só no sentido de corroborar a Lei de Say e garantir mercado para toda a produção, mas também no sentido de manter um equilíbrio entre a produção industrial para o mercado interno e a produção agrícola para exportação, para que fossem exploradas as possibilidades de crescimento oriundas do comércio internacional.

O autor esclarece que o crescimento equilibrado não visa à autarquia e à auto-suficiência, mas tenta ampliar o mercado interno sem reduzir o comércio exterior. Com isso se coloca contra a política de restrições à importação e de industrialização por substituição de importações, pois argumenta ser uma forma ineficiente de produção, com altos custos. Este procedimento implicaria preços internos mais elevados, com redução da renda e da poupança nacional. Mais eficiente seria incentivar a produção para exportação, como meio para angariar divisas internacionais, e produzir internamente o que não pudesse ser importado, tal como os serviços públicos de transporte, comunicações, energia, educação e aprendizagem técnica.

Mesmo no caso de déficits no balanço de pagamentos, Nurkse não vê sentido na restrição às importações, pois “somente mediante um aumento nas poupanças ou uma redução nos investimentos poderá tornar-se efetiva a restrição às importações destinada a equilibrar o balanço de pagamentos” (NURKSE, 1964a, p.303). Isto porque estes desequilíbrios seriam causados por uma associação entre inflação e despesa excessiva, isto é, os países atrasados estariam consumindo acima dos seus meios, influenciados pelo efeito-demonstração. Este efeito estaria ligado à tentativa destes países adotarem o padrão de consumo norte-americano – pertinente a países com alto nível de renda –

---

<sup>8</sup> “A relutância do capital privado em dedicar-se aos mercados internos dos países subdesenvolvidos, em contraste com sua ansiedade no passado em dedicar-se à exportação para as nações industriais, não reflete nenhuma conspiração sinistra ou política deliberada. Há uma explicação econômica óbvia para isso: por um lado, a pobreza dos consumidores locais nos países atrasados; por outro, os amplos mercados de produtos primários nos centros industriais do mundo em vigorosa expansão durante o século XIX. Nestas circunstâncias era natural que o investimento privado estrangeiro criasse simples entrepostos dos países credores industriais, orientados para suprir as necessidades dos mesmos.” (NURKSE, 1969, p.266)

<sup>9</sup> O autor sugere, inclusive, que para os países exportadores de petróleo não haveria necessidade da diversificação produtiva. Dado o alto dinamismo gerado pela demanda internacional seria viável e sustentável o crescimento com base na especialização via vantagens comparativas. (NURKSE, 1964a)

portanto gastando muito em consumo e enfraquecendo a poupança, cuja consequência seria uma maior dificuldade na formação de capital para investimento.

Para este problema relacionado ao comércio internacional, Nurkse considera que somente uma redução do consumo em geral mediante uma política governamental de poupança compulsória poderia ser eficaz, uma vez que as restrições às importações só atuariam, evidentemente, sobre o consumo de importados, enquanto o efeito demonstração alteraria todas as formas de consumo. No entanto, reconhece ser uma questão politicamente delicada em virtude das grandes disparidades de renda. Além disso, também reconhece os resultados positivos do “isolamento em relação aos padrões de consumo” praticado no passado pelo Japão, e, à época, vigente na União Soviética. E é exatamente neste ponto que explicita a orientação ideológica de sua produção teórica.

*Outro exemplo de isolamento radical é a ‘cortina de ferro’ da União Soviética (que não é, naturalmente, só o resultado da tensão atual, mas que já estava bem estabelecida antes da Segunda Guerra Mundial). Embora haja seguramente outros motivos para a sua existência, inclino-me a atribuir sentido também à sua função econômica, isto é, a uma possível ‘interpretação materialista’ da ‘cortina de ferro’. Em todo caso, isso demonstra a possibilidade de que o isolamento venha a contribuir para resolver o problema econômico da formação de capital num mundo de grandes disparidades nos níveis de vida nacionais, ao eliminar o contato e as comunicações entre as nações. Sem comunicações, por maior que sejam as discrepâncias terão elas raras ou nulas consequências e o efeito demonstração perderá, pelo menos, parte de seu poder.*

*O fato de ser essa uma solução possível e talvez necessária traz-nos certa inquietação e voltamo-nos, naturalmente, em busca de uma alternativa. (Nurkse, 1969, p.276)*

#### **IV – SIR ARTHUR LEWIS E A OFERTA ILIMITADA DE MÃO-DE-OBRA**

Em 1954, Lewis publicou um dos artigos mais influentes e difundidos da Economia do Desenvolvimento, onde teorizava sobre *O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra*.<sup>10</sup> Negava, com isso, o pressuposto neoclássico de pleno emprego da força de trabalho e resgatava o pensamento clássico em sua análise sobre o aumento da produção ao longo do tempo, fundada na acumulação de capital e nas diferentes formas de distribuição da renda entre as classes.

Assim como os demais autores aqui sucintamente apresentados, Lewis não faz um ataque direto à teoria neoclássica, mas tenta, na medida do possível, conciliar

---

<sup>10</sup> Artigo reproduzido na coletânea organizada por Agarwala e Singh, *A Economia do Subdesenvolvimento*.

elementos do sistema neoclássico com alguns dos pressupostos teóricos da Economia Política Clássica, no intuito de delimitar um marco analítico que possa contribuir à melhor compreensão do desenvolvimento econômico em áreas atrasadas. Portanto, deixa claro que a “finalidade não é superar a economia neoclássica mas, simplesmente, elaborar um esquema diferente para aqueles países que não podem ser encaixados dentro das hipóteses neoclássicas (nem keynesianas).” (LEWIS, 1969, p.408)

Em seu “modelo clássico modificado” (LEWIS, 1969), adota como pressuposto fundamental a determinação dos salários pelo nível de subsistência e a existência de um excedente populacional nos países subdesenvolvidos, onde muitas vezes observa-se uma produtividade marginal do trabalho nula. Com base na distinção clássica entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, define os países atrasados como um sistema dual, dividido entre um setor capitalista e outro de subsistência.

Esta conjunção de hipóteses abre a possibilidade para que se expanda o setor capitalista sem prejuízo à produção de subsistência – uma vez que a produtividade do trabalho é nula no setor de subsistência, a diminuição do número de trabalhadores não teria nenhum efeito negativo sobre o volume de sua produção. Isto é, a um salário pouco mais elevado que o nível de subsistência, o setor capitalista encontraria uma oferta ilimitada de mão-de-obra, infinitamente elástica, funcionando o setor de subsistência como reservatório de trabalho.

O salário base da economia seria determinado no setor de subsistência – o autor se mostra indiferente entre ter o salário determinado pelo “nível de vida convencional” ou pelo “nível de produtividade dos camponeses” (LEWIS, 1969). Portanto, não se alterando a renda obtida no setor de subsistência, o setor capitalista se depararia com uma taxa de salário constante para qualquer expansão da produção, mesmo que acompanhada por um aumento da demanda por mão-de-obra. Nesta linha de argumentação, os lucros se manteriam elevados, não sofrendo qualquer ameaça por parte de um aumento salarial.

O segredo da expansão econômica residiria na forma de utilização do excedente capitalista: se for utilizado em consumo conspícuo, a expansão econômica vê-se estrangulada; se for poupado e investido produtivamente, observa-se uma rápida expansão do setor capitalista em relação ao setor de subsistência. No limite, e não havendo qualquer tipo de impedimento ao funcionamento do mecanismo econômico, o

setor de subsistência e seu excesso populacional seriam inteiramente absorvidos pela expansão do setor capitalista, cuja base estaria na crescente acumulação de capital possibilitada pela manutenção de salários constantes e lucros crescentes.

*O problema central da teoria do desenvolvimento econômico é a compreensão do processo pelo qual uma comunidade que anteriormente não poupava nem investia mais que 4 ou 5% de sua renda nacional, ou ainda menos, transforma-se numa economia em que a poupança voluntária se situa por volta de 12 ou 15% da renda nacional, ou mais. Este é o problema central porque a questão principal do desenvolvimento econômico é a rápida acumulação de capital (incluindo aí os conhecimentos e especializações). Nenhuma revolução 'industrial' pode ser explicada (como pretendiam alguns historiadores econômicos) enquanto não se puder explicar por que aumentou relativamente a poupança em relação à renda nacional. (Lewis, 1969, p.422)*

Interessa, então, ao autor desvendar como se procede o aumento da poupança. Deixando claro que a classe trabalhadora nada poupa e que a poupança da classe média pouco influi na formação de capital para investimento, se empenha em compreender como “a distribuição de renda se altera em benefício da classe poupadora” (LEWIS, 1969, p.423). Ou seja, tomando como pressuposto que os lucros e a renda da terra são a principal fonte de poupança, conclui-se que uma maior concentração de renda em benefício da classe capitalista facilitaria o processo de expansão econômica e, portanto, o desenvolvimento econômico dos países atrasados.<sup>11</sup> Tal seria o resultado de uma maior participação do setor capitalista no sistema econômico e de uma maior proporção dos lucros em relação à renda nacional.

Note-se que, ao estudar os problemas da distribuição de renda, acumulação de capital e crescimento, Lewis adota a distinção entre economia fechada e economia aberta, para num primeiro momento avaliar os efeitos da acumulação de capital sobre a expansão do setor capitalista na economia nacional, e somente depois “abrir” esta economia para o comércio internacional e para os fluxos de capital. A questão central de seu estudo é simplesmente deslocada, não trata mais, especificamente, da existência de um excedente de mão-de-obra nos países atrasados e as formas de sua absorção, isto só

---

<sup>11</sup> “Outro ponto que devemos analisar é que, embora o aumento do setor capitalista implique um aumento da desigualdade das rendas entre os capitalistas e o resto, a mera desigualdade das rendas não é suficiente para assegurar um alto nível de poupança. A desigualdade das rendas é, de fato, maior nos países subdesenvolvidos superpovoados que nas nações industriais adiantadas pela simples razão de que a renda da terra é muito elevada nos primeiros países. Os economistas britânicos do século XVIII asseguravam que a classe de proprietários de terra era mais propensa ao consumo supérfluo que ao investimento produtivo e isto é verdadeiro para os proprietários de terra dos países subdesenvolvidos. Assim, tomando-se dois países de rendas nacionais iguais, a poupança pode ser maior naquele em que a distribuição é mais equitativa quando os lucros, em relação às rendas, são mais elevados. A desigualdade que acompanha os lucros é que favorece a formação de capital e não a desigualdade que acompanha a renda da terra.” (LEWIS, 1969, p.425)

foi feito como parte de uma “economia fechada”. Com este procedimento metodológico, o autor só trata da “economia aberta” e integrada ao sistema capitalista mundial depois de “teoricamente” ela haver alcançado a plena utilização da mão-de-obra, de forma que não houvesse mais uma oferta ilimitada. Assim sendo, está, em verdade, analisando os efeitos da existência de países atrasados sobre o processo de desenvolvimento dos países industriais adiantados.<sup>12</sup>

Ao “abrir” todas as economias nacionais e integrá-las na economia mundial, Lewis passa então a refletir sobre as relações de troca e os fluxos de capital entre países com oferta de trabalho escassa e oferta ilimitada de trabalho. Logo aponta que, quando a acumulação de capital atinge a oferta de mão-de-obra, o país onde há escassez de trabalho se depara com duas alternativas: incentivar a imigração ou exportar seu capital para outros países onde haja excedente de mão-de-obra a salários de subsistência. Isto para evitar uma elevação salarial que entorpeça o aumento do excedente capitalista.

Argumenta que a imigração seria por demais combatida pelos sindicatos e que, portanto, a exportação de capital seria “uma solução muito mais fácil para os capitalistas” (*ibidem*, p.442). A exportação de capital faz diminuir a demanda por trabalho no país exportador e, conseqüentemente, impede maior elevação dos salários. Mas este efeito sobre os salários pode ser contrabalanceado por uma redução no preço dos produtos importados, se o capital exportado for destinado à produção destes. Em resumo, Lewis defende que o país exportador de capital se beneficiará se o seu capital aumentar a produtividade dos produtos importados consumidos por seus trabalhadores. Já o país com excedente de mão-de-obra que recebe a exportação de capital somente se beneficiará dela se for destinada a aumentar a produtividade nos setores produtores de alimentos para consumo interno. O que encaminha o autor, tímida e implicitamente, a

---

<sup>12</sup> “No mundo clássico, todos os países apresentam excedente de trabalho. No mundo neoclássico o trabalho é escasso em todos os países. No entanto, no mundo real os países que atingiram a escassez de trabalho vêem-se cercados por outros que apresentam trabalho em abundância. Em vez de nos concentrarmos num país e examinar a expansão de seu setor capitalista, devemos considerar agora esse país como parte do setor capitalista em expansão na economia mundial, como um todo, indagando de que modo a distribuição da renda dentro do país e sua taxa de acumulação de capital são afetadas pelo fato de existir trabalho abundante em outros lugares, disponível a salários de subsistência.” (LEWIS, 1969, p.441)



concluir, com base na experiência histórica<sup>13</sup> e na Lei dos Custos Comparativos<sup>14</sup>, que os países com excedente de mão-de-obra deveriam adotar práticas protecionistas.

#### V – W. W. ROSTOW E AS ETAPAS DO CRESCIMENTO

No ano de 1956, Rostow publica um artigo resumindo suas reflexões sobre *A Decolagem para o Desenvolvimento Auto-sustentado*<sup>15</sup>. Ali explora a hipótese central de que o processo de crescimento pode ser visto como concentrado num curto período de tempo ao longo do qual se opera uma transformação definitiva na economia e na sociedade, de tal modo que o crescimento econômico torna-se, em certa medida, automático. Essa transformação decisiva seria chamada pelo autor de decolagem, e representaria o que ficou conhecido na história como revolução industrial.

*Para nossos atuais propósitos a decolagem é definida como algo que exige a combinação das três condições seguintes:*

- a) Um aumento na taxa de investimento produtivo de (digamos) 5% ou menos até mais de 10% da renda nacional (ou do produto nacional líquido);*
- b) O desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros importantes com elevada taxa de crescimento;*
- c) A existência ou surgimento rápido de uma estrutura política, social e institucional que explore os impulsos de expansão do setor moderno e os possíveis efeitos das economias externas para a decolagem e que conceda ao crescimento um caráter de processo contínuo. (Rostow, 1969, p.170)*

A decolagem se daria por meio de uma elevação da taxa de investimento na economia, de forma a aumentar o produto real per capita, proporcionando uma transformação radical nas técnicas de produção e na distribuição de renda. Isto levaria a uma modernização das sociedades tradicionais, partindo de dois tipos diferentes: no primeiro (para o autor, o caso mais geral), a obtenção das condições prévias para a decolagem demandou uma transformação lenta e prolongada da estrutura político-social e dos valores culturais; no segundo, a decolagem se retarda em virtude do elevado bem-estar que poderia ser obtido pela exploração da terra e dos recursos naturais.

<sup>13</sup> “Mas a contribuição do mundo temperado ao mundo tropical, seja no que diz respeito ao capital ou aos conhecimentos técnicos, se limitou, em geral, aos cultivos comerciais de exportação, onde os benefícios revertem, principalmente, para o mundo temperado em forma de menores preços. Os preços das culturas tropicais comerciais não permitirão senão salários de subsistência até que, através de uma transformação, o capital e o conhecimento sejam postos à disposição dos produtos de subsistência a fim de aumentar a produtividade da produção de alimentos tropicais para consumo interno.” (ibid., p.448)

<sup>14</sup> “A Lei dos Custos Comparativos é tão válida para os países com excedente de trabalho como para os demais. Mas enquanto nos últimos representa um fundamento válido dos argumentos a favor do livre comércio, nos primeiros representa um fundamento igualmente válido dos argumentos protecionistas.” (ibid., p.456)

<sup>15</sup> Republicado em Agarwala e Singh (1969), *A Economia do Subdesenvolvimento*.

Neste segundo tipo de sociedade (“as nações naturalmente ricas”), as vantagens comparativas na produção de bens primários inibem a decolagem, atrasando a emergência do crescimento industrial auto-sustentado. Esta barreira seria, geralmente, superada a partir de um forte estímulo, que poderia ser desde a revolução política ou a inovação tecnológica, até uma mudança no ambiente internacional, seja pela ampliação da demanda externa por produtos primários ou, ao contrário, por uma queda dos preços internacionais que exija a substituição de importações. Independentemente da forma do estímulo, o importante, segundo o autor, seria a capacidade da economia e da sociedade responderem positivamente ao estímulo, isto é, que sejam observadas as condições prévias ao desenvolvimento.

Esse estímulo inicial se traduziria em uma ampliação da demanda destinada a um setor manufatureiro específico, ou a um setor agrícola que produzisse com técnicas modernas, que transmitisse seu dinamismo para outros setores. Assim, o “setor de crescimento primário” produziria uma elevada taxa de crescimento, geraria economias externas e poria em movimento forças expansivas que atingiriam, pela demanda gerada por seus investimentos, os “setores de crescimento suplementar” e, posteriormente, em virtude de um aumento geral do nível de renda, os “setores de crescimento derivado”.

O autor resume assim a decolagem e o crescimento auto-sustentado:

*A partir desta perspectiva, o comportamento dos setores durante a decolagem é, simplesmente, uma versão especial do processo de crescimento em geral; ou, em outras palavras, o crescimento se dá pela repetição sem fim, com esquemas diferentes e com diferentes setores primários, da experiência da decolagem. O crescimento a longo prazo exige, assim como a decolagem, não somente que a sociedade gere grandes quantidades de capital para depreciação e manutenção, para construção e a complementação equilibrada de serviços públicos e outros gastos gerais, mas também uma seqüência de setores primários altamente produtivos, em rápido crescimento, baseada em novas funções de produção. (ibid., p.187)*

Esta elevação na taxa de investimento em relação à renda nacional suscita o problema da “oferta de fundos de empréstimo”. O autor elenca um rol de possibilidades para a mobilização de recursos: por transformações na distribuição de renda, em benefício daqueles que “não só poupam uma proporção mais elevada da renda crescente como também a empregarão em investimentos altamente produtivos” (*ibid.*, p.192)<sup>16</sup>;

<sup>16</sup> “A noção de desenvolvimento econômico como algo que ocorre como resultado da transferência das rendas daqueles que gastam (guardam ou emprestam) menos produtivamente àqueles que gastam (ou emprestam) mais produtivamente, é uma das noções mais antigas e fundamentais da economia. É básica na **Riqueza das Nações** e tem sido aplicada por W. Arthur Lewis em sua recente elaboração do modelo clássico. Lewis constrói seu modelo, em parte, sobre uma expansão do setor capitalista, onde o grosso da poupança adicional surge de um fundo ampliado de lucros.” (ROSTOW, 1969, p.180, grifos)

através de dispositivos confiscatórios e fiscais, quando o Estado investe produtivamente; pela inflação de preços que transfira recursos do consumo para os lucros; pela existência de um sistema bancário e financeiro que disponibilize crédito para capital de giro e financiamentos de longo prazo; através do aumento das exportações que angarie divisas internacionais para aquisição de bens de capital e para quitar os financiamentos externos da decolagem; ou, por fim, pela importação de capital, principalmente para os serviços de utilidade pública, como a construção de infra-estrutura básica de transportes.

As distintas formas de obtenção de recursos e os distintos setores líderes de crescimento são generalizados dentro do modelo – independentemente das formas assumidas, vale a combinação genérica entre demanda, produção e disponibilidade de capitais, que leva à decolagem e ao crescimento auto-sustentado. Da mesma forma, o processo histórico também é generalizado, e, portanto, desta perspectiva, não faria sentido distinguir os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas seria necessário, sim, identificar a fase de desenvolvimento em que se encontra cada país.<sup>17</sup> Essencial para as economias atrasadas seria o estudo das condições prévias e da decolagem, isto dentro de uma concepção global, explicitada pelo autor no ano de 1961, em *Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista)*.<sup>18</sup>

Ali deixa claro, mais uma vez, que “é possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco seguintes categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.” (ROSTOW, 1978, p.16) Acrescenta, em relação às categorias anteriormente apresentadas, a “era do consumo em massa”, que seria essencialmente uma reprodução do, então, atual estágio da economia dos EUA.<sup>19</sup>

Esta fase seria caracterizada pela transferência dos setores líderes rumo aos bens de consumo durável e aos serviços, pela elevação da renda real per capita e por

---

originais)

<sup>17</sup> “De fato, algumas das chamadas zonas subdesenvolvidas podem ter passado pela decolagem, ou encontrar-se no meio da mesma como, por exemplo, o México, o Brasil, a Turquia, a Argentina e a Índia. Dever-se-ia, pois, levar em consideração até que o conceito de decolagem seja comprovado ou desaprovado, o abandono do termo ‘zonas subdesenvolvidas’ e sua substituição pelas quatro distinções entre economias: tradicional, anterior à decolagem, em plena decolagem e em crescimento” (ROSTOW, 1969, p.169, nota 16)

<sup>18</sup> A publicação original leva o título *The Stages of Economic Growth (a non-communist manifesto)*.

<sup>19</sup> “uma fase de que os norte-americanos estão principiando a sair; cujas alegrias, nem sempre nítidas, a Europa ocidental e o Japão estão começando a experimentar, e com a qual a sociedade soviética está flertando meio contrafeita.” (ROSTOW, 1978, p.23)

transformações na estrutura da força de trabalho, que passa a ser majoritariamente urbana e especializada. Nela, a maioria das pessoas teria superado as necessidades mínimas de alimentação, habitação e vestuário, e a sociedade deixaria de tomar como objetivo central a difusão da tecnologia moderna. A opulência das sociedades que se encontram nesta etapa seria expressa pelo alto consumo em massa e pela decisão, mediante processos políticos, de destinar cada vez mais recursos à assistência social, sob a marca do Estado de Bem-Estar.

Embora o consumo em massa não seja a realidade observada em todos os países, o autor acredita firmemente na possibilidade de que suas etapas se realizem ao longo do tempo. Em 1970, escrevendo o prefácio à segunda edição de seu *manifesto não-comunista*, Rostow afirma:

*Finalmente, a comunidade política mundial respondeu em grau significativo na década de 60 ao desafio do desenvolvimento nas regiões sul do mundo, levando aos consórcios Índia-Paquistão, à Aliança para o Progresso, e ao conceito amplo da Década do Desenvolvimento. De maneira alguma todas as nações em desenvolvimento alcançaram crescimento auto-sustentado na década de 60, ou mesmo alcançaram o arranco. Mas o progresso foi suficiente, em cada uma das regiões em desenvolvimento, para demonstrar que o trabalho poderia ser feito se se diminuíssem as taxas da natalidade e se pudesse garantir apoio adequado das nações mais avançadas. (ROSTOW, 1978, p.IX)*

Muito mais do que simplesmente um suposto “otimismo teórico”, este posicionamento representa a propagação ideológica de um mito: o desenvolvimento econômico e os níveis de renda observados nos países desenvolvidos poderiam ser universalizados. Isto sintetiza a contribuição dos Pioneiros à reflexão sobre o atraso econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o método de história do pensamento aqui utilizado, pretendeu-se apontar como a base analítica da teoria se relaciona intimamente com a história e com os conflitos político-ideológicos da época. Tais fatos condicionam a produção teórica e ficam explícitos nas proposições concretas de políticas para o desenvolvimento derivadas da teorização de cada autor. Também não se toma aqui a história do pensamento como uma via única de consensos, com caráter cumulativo, mas, ao

contrário, busca-se identificar as controvérsias estabelecidas e as rupturas teóricas empreendidas por determinados autores.

Os principais acontecimentos da primeira metade do século XX nos mostram que importantes questões surgiram em virtude das guerras, das crises e das revoluções ocorridas no período. Longe de conduzir a qualquer tipo de consenso, esta experiência histórica concreta influenciou uma profusão de formulações em torno da controvérsia sobre a Economia do Desenvolvimento. Assim, é fundamental captar os efeitos da Guerra Fria sobre esta produção teórica, diretamente influenciada por fatores geopolíticos, evidenciados pelo esforço do governo dos EUA e de suas instituições “multilaterais” em consolidar o desenvolvimento econômico como uma forma de legitimação da hegemonia norte-americana em sua área de influência, e também como forma de contenção do avanço socialista.

Isto fica mais explícito ao expor as propostas políticas dos autores, como, por exemplo, em Rosenstein-Rodan, quando propõe a coordenação internacional; em Nurkse, quando defende a intensificação do comércio internacional para melhor aproveitamento das vantagens comparativas; em Lewis, quando argumenta por uma maior participação dos lucros na renda nacional como forma de incentivar a expansão do setor capitalista; ou em Rostow, quando aponta de forma etapista o processo pelo qual as distintas sociedades atingem a “era do consumo em massa” e o Estado de Bem-Estar Social. Todos defendendo a superioridade do modelo capitalista de desenvolvimento sobre a experiência alternativa da União Soviética, e a viabilidade de se replicar o modelo de desenvolvimento norte-americano na periferia.

Esta produção teórica, ideologicamente orientada, guarda traços comuns que a identificam e, de certa forma, dão alguma unidade a estes autores tidos como Pioneiros da Economia do Desenvolvimento. Tais autores – embora também com grande influência da teoria neoclássica – são teoricamente filiados à tradição clássica no que diz respeito ao tratamento da acumulação de capital. Segundo estas formulações, nos países atrasados, de baixa renda *per capita* e baixo nível de investimento, o contínuo processo de acumulação tenderia a alcançar patamares quantitativamente similares aos dos países considerados desenvolvidos, o que levaria, num ponto futuro e a partir de um receituário básico, à eliminação do atraso.

Esse “pretensão universalismo” do corpo teórico e de suas propostas políticas define fundamentalmente os Pioneiros. Se, na literatura acadêmica anglo-saxônica, a possibilidade de promover a “decolagem” dos países atrasados havia se tornado ponto pacífico; na periferia do sistema capitalista mundial tornava-se evidente a inadequação do corpo teórico utilizado e deslocava-se a controvérsia a partir de um novo paradigma, criado pela contribuição original dos autores da CEPAL. O Sistema Centro-Periferia de Raúl Prebisch e a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado são dois pilares do pensamento oriundo da CEPAL, que dialogou criticamente com os Pioneiros da Economia do Desenvolvimento. A partir de então, o eixo da controvérsia giraria em torno dos elementos histórico-estruturais, sejam eles do sistema capitalista mundial ou internos às economias subdesenvolvidas. A tradição estruturalista latino-americana segue essencialmente esta nova controvérsia em torno das origens históricas do subdesenvolvimento e de seu caráter estrutural, rechaçando o receituário genérico e universal apresentado pelos Pioneiros enquanto forma concreta de intervenção na realidade dos países subdesenvolvidos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CEPAL. **Estudo Econômico da América Latina, 1949**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.), *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000, p.137-178.

FIORI, J.L. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global**. In: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004a, p.11-64.

\_\_\_\_\_. **O Poder Global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. In: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004b, p.67-110.

HOBBSBAWM, E. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LEWIS, W.A. **O Desenvolvimento Econômico com Oferta Ilimitada de Mão-de-obra**. In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1969, p.406-456.

MEIER, G. **The formative period.** In: MEIER, G. & SEERS, D. (Orgs.). *Pioneers in Development.* Oxford University & World Bank, 1985, p.3-22.

NURKSE, R. **A teoria do comércio internacional e a política de desenvolvimento.** In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina.* Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964a, p.271-306.

\_\_\_\_\_. **Outros comentários sobre o trabalho do Professor Rosenstein-Rodan.** In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina.* Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964b, p.92-99.

\_\_\_\_\_. **Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico.** In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Forense, 1969, p.263-277.

ROSENSTEIN-RODAN, P. **Notas sobre a teoria do grande impulso.** In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (Orgs.). *Desenvolvimento econômico para a América Latina.* Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964, p.74-86.

\_\_\_\_\_. **Problemas de industrialização da Europa oriental e sul-oriental.** In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Forense, 1969, p.251-277.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico (um manifesto não-comunista).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

\_\_\_\_\_. **A decolagem para o desenvolvimento auto-sustentado.** In: AGARWALA, A. & SINGH, S. (Orgs.). *A Economia do Subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Forense, 1969, p.159-193.

TEIXEIRA, A. **Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia.** In: FIORI, J.L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações.* Petrópolis: Editora Vozes, 1999. p.155-190